

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR E POLÍTICO BRASILEIRO

DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE BRAZILIAN SCHOOL AND POLITICAL CONTEXT

Jonatan Gomes dos Santos¹
Vânia Carla do Canto²

RESUMO

Na atual conjuntura da sociedade brasileira, refletir as possibilidades e os desafios de uma gestão escolar democrática torna-se necessário, principalmente, quando pensamos que cada escola é única e possui necessidades que se relacionam com o contexto no qual encontra-se inserida. Por isso, contar com a participação de toda comunidade escolar importa, tanto na constituição do processo de inclusão, do combate a evasão, quanto na constituição de alternativas metodológicas adequadas necessárias para lidar com a realidade escolar. Para tanto, apresenta-se um breve histórico sobre a gestão escolar no Brasil, pontuando suas implicações, possibilidades e desafios, de forma a refletir sobre esse assunto no decorrer da história, de modo que, seja possível repensar e analisar, no atual contexto, suas práticas e conceitos. Com base em pesquisas bibliográficas, visa-se confirmar a liderança do gestor e sua capacidade de intervir e compartilhar suas ações com a comunidade escolar com o intuito de garantir um ensino de qualidade ao educando. Assim, pensar a gestão democrática desemboca na constituição de um ambiente que preza pela coletividade onde todos os envolvidos são parceiros no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, ou seja, se envolvem diretamente com a responsabilidade de construir coletivamente a escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Escola. Política. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

In the current conjuncture of Brazilian society, reflecting the possibilities and challenges of democratic school management becomes necessary, especially when we think that each school is unique and has needs that are related to the context in

¹Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Cesumar Polo São Bento do Sul, SC. Graduação em Licenciatura em História pela Universidade do Contestado Campus Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: jonatandossantos@gmail.com

²Pós-Graduação em nível de especialização em Metodologia do Ensino Superior, em Tutoria em Educação à Distância e em Metodologia do Ensino da Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade Eficaz. Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá. Graduação em Letras com Habilitação em Português e Inglês pela Fiar. Santa Catarina. Brasil. E-mail: vania.canto@gmail.com

which it is inserted. For this reason, having the participation of the entire school community is important, both in the constitution of the inclusion process, in the fight against evasion, and in the constitution of appropriate methodological alternatives necessary to deal with the school reality. To this end, a brief history of school management in Brazil is presented, punctuating its implications, possibilities and challenges, in order to reflect on this subject throughout history, so that it is possible to rethink and analyze, in the current context, their practices and concepts. Based on bibliographic research, the aim is to confirm the leadership of the manager and his ability to intervene and share his actions with the school community in order to guarantee quality education to the student. Thus, thinking about democratic management leads to the constitution of an environment that values the community where everyone involved is a partner in the process of preparing the Pedagogical Political Project, that is, they are directly involved with the responsibility of building the school collectively.

Keywords: Democratic Management. School. Politics. Teaching-Learning.

1 INTRODUÇÃO

Em face das necessidades contemporâneas da educação no Brasil, de reproduzir na escola um ambiente democrático e participativo, o presente artigo retrata um estudo sobre as características da gestão educacional em relação às políticas governamentais brasileiras, em especial, desde o início da colonização até a República, buscando-se também enfatizar o alvorecer da gestão democrática após os anos da ditadura militar, sua consolidação nas leis educacionais e sua importância para a escola e a comunidade.

Buscando-se a compreensão de como a gestão escolar atuou em diferentes momentos históricos do país, possibilita-se o entendimento da atuação dos gestores para resolver problemas específicos de cada época e saber como proceder em cada situação que se enfrenta no trabalho dessa área. Ao pesquisar o passado da educação, realiza-se um resgate da situação escolar e política no país, uma vez que a educação, vinculada ao Estado, apresenta-se como instrumento de desenvolvimento para determinada área de interesse, como forma de controle de massa ou ainda, com o objetivo de formar uma sociedade mais culta e cidadã.

Com o referido texto objetiva-se: entender como a gestão escolar foi moldada com o passar do tempo, de acordo com o momento político enfrentado pelo país; analisar historicamente as possíveis influências do governo na gestão escolar;

verificar as mudanças ocorridas na gestão escolar, de acordo com a participação dos diferentes grupos responsáveis pela educação brasileira e identificar os legados, as influências dos diferentes tipos de gestão, além de entender a significância da democracia dentro do ambiente escolar na atualidade.

Estabelecendo-se esses objetivos norteadores, busca-se que o presente trabalho resulte no entendimento da relevância das políticas governamentais no contexto educacional, além de visar a importância da participação da sociedade em geral e dos indivíduos engajados no trabalho escolar, na criação de uma gestão participativa, democrática e que esteja focada na maior meta das instituições educacionais: a conclusão com êxito do processo de ensino-aprendizagem.

A linha de pesquisa para o artigo ateu-se nos aspectos da gestão escolar, utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica em livros e artigos, provenientes de autores atuantes no ramo da investigação acerca dessa temática, além de consulta a textos de leis nacionais, de maneira a verificar as variantes constantes na história política e educacional, segundo documentos oficiais.

2 A GESTÃO EDUCACIONAL NO PERÍODO COLONIAL

De acordo com Tobias (1986) as várias nuances da política no Brasil caracterizaram-se por, além de variações nos cenários econômico e social, alterações na educação. Apesar de considerar naturais as mudanças nesses âmbitos, o autor menciona a importância da análise *a priori* das questões educacionais às políticas, para evitar uma periodização exclusivamente em função de atitudes tomadas por este ou aquele governo. A gestão educacional no Brasil, em seus primórdios, ficou a cargo de instituições religiosas, provenientes do estreito laço entre Estado e Igreja. Niskier (1989) confia que o primeiro registro conhecido sobre diretrizes educacionais no Brasil data de 1548 e foca essencialmente, na cristianização dos índios. Entretanto, nesse período, não se tem conhecimento de parâmetros específicos para a atuação do gestor educacional, ficando este a mercê das variantes políticas. Somente na Constituição de 1934 será primeiramente abordada a necessidade de um plano nacional de educação (BRASIL, 2019).

Como aborda Niskier (1989), no século XVI, enquanto os primeiros portugueses se firmavam em território brasileiro, Inácio de Loyola criava a Ordem que seria

responsável pelo ensino no Brasil desde as primeiras décadas dos anos 1500 até o ano de 1759. Tratava-se da Companhia de Jesus, que se fez presente no Brasil, inicialmente, junto com a comitiva do governador geral Tomé de Souza. Mas como, a partir disso, conferir a união entre política e educação? Para Sá e Coelho (2012) é preciso lembrar que a Coroa Portuguesa manteve laços estreitíssimos com a Igreja Católica, o que facilitou a união entre Estado e Igreja.

Uma vez mesclados, os interesses tornam-se comuns: Portugal buscava fixar em solo brasileiro os primeiros cidadãos portugueses, para afirmar a posse de suas terras no Novo Mundo e, por sua vez, a Igreja queria agregar mais fiéis para compensar os “prejuízos” da Reforma de Lutero e das influências científicas provocadas pelo Renascimento, as quais já eram sentidas nas colônias espanholas:

Enquanto toda a Europa se transformava, Portugal conduzia seu projeto de colonização tendo como referência uma instituição com fortes tendências medievais [...]. Se a Espanha espalhou universidades em suas colônias americanas, a Companhia de Jesus fez do ensino um instrumento de dominação, capaz de converter o nativo em soldado de Cristo e formar um desbravador de novas terras, a serviço da Coroa Portuguesa (SÁ; COELHO, 2012, p. 7).

Para obter esse maior número de “soldados”, a alternativa foi a educação. Segundo Tobias (1986) aos métodos utilizados pelos jesuítas no Brasil, destaca-se a relação entre aluno e professor. Inspirados também por teorias humanísticas do Renascimento na Europa, os padres da Companhia de Jesus buscavam uma convivência muito próxima com os índios, aprendendo inclusive, a falar o idioma nativo. O ensino, apesar de ter sido praticado há vários séculos, pode ser caracterizado como sendo de um grau participativo, uma vez que professor e pupilo aproximavam-se um do outro através da língua e dos modos cotidianos.

O fator disciplinar, entretanto, sempre foi muito difundido pelos jesuítas, o que caracterizou-se também na forma de gerir suas escolas. Negrão (2000) explica que, ao disciplinar os alunos visava-se assegurar que a doutrina católica não fosse questionada nas instituições. Dessa maneira, desde a vinda dos primeiros padres, as características educacionais e de gestão no Brasil tiveram forte influência desta Ordem.

Mas por qual motivo, mesmo exercendo por séculos a educação no Brasil, os jesuítas acabam deixando essa terra? Logicamente, a expulsão da congregação pelo

Marquês de Pombal em meados do século XVIII não ocorreu através de um fato isolado, mas de uma soma de fatores que, em sua maioria, foram reflexos de um período distinto pelo qual a Europa passava, o qual refletiu nas respectivas colônias da América. Saviani (1999) menciona o iluminismo e o seu conceito de liberdade como incentivador do questionamento do ensino com bases teológicas cristãs. Isso é decorrente de que a nova classe que se firmava, a burguesia, buscava a igualdade para poder participar das decisões políticas e condenava a dominação por parte do clero. Por consequência, os “laços” entre Estado e Igreja, outrora assegurados, enfraquecem, resultando no afastamento da Companhia de Jesus do Brasil.

3 O SÉCULO XX: TENDÊNCIAS TRADICIONAIS DE GESTÃO E A ESCOLA NOVA

Nas primeiras décadas do século XX, diferente do método interativo praticado pelo jesuíta, cita-se o método chamado de tradicional como elemento presente nas escolas do país, o que vigorou por várias décadas e ainda traz legados para a gestão escolar atual. A chamada Pedagogia Tradicional possuía outro viés que, novamente, caracteriza-se pela mudança do centro político da época e de transformações que vieram agregadas ao longo do tempo. O iluminismo trouxe consigo o poder da burguesia, a qual procurou transformar os cidadãos pela educação focada na disciplina. Wendt (2012) ao analisar o filósofo alemão Kant, explicita que a disciplina nas escolas continuou a ter importância, mesmo com o iluminismo colocando em xeque as doutrinas religiosas no âmbito escolar. Os filósofos do período “das Luzes” acreditavam que a disciplina era necessária para que o instinto natural não prevalecesse sobre a razão do homem:

[...] a disciplina é a ferramenta que pode transformar a animalidade da qual os homens são dotados na humanidade da qual devem ser tomados. Mas para que tal processo possa ser realizado, os indivíduos devem poder guiar-se pela razão, a qual caracteriza-se como uma necessidade da espécie humana, sendo ela o meio pelo qual os seres humanos poderão viver em sociedade (WENDT, 2012, p. 11).

A Pedagogia Tradicional traz em sua bagagem uma série de contribuições para sua consolidação. Notadamente, os iluministas contribuíram para retirar o poder pleno

da Igreja na educação. Todavia, no caso do Brasil, fortemente enraizado com a cultura católica, ainda no século XX permanecem heranças do ensino jesuíta. Dessa maneira, particularidades como a disciplina, permanecem como peculiaridades da Escola Tradicional e, por esta ser também defendida pelos ideais iluministas, garante sua continuidade. Essa disciplina destaca a obediência cega ao professor, sem discussões, críticas ou pronunciamentos contrários, além do reconhecimento de este ser a única fonte do saber. Apesar das influências jesuíticas, segundo Ghiraldelli Júnior (1994), a Pedagogia Tradicional brasileira obteve muitos subsídios externos mais atuais que a moldaram. Verifica-se assim que essas influências históricas, modificaram e marcaram as diferentes pedagogias presentes na educação.

As bases da pedagogia tradicional, com suas vertentes aprimoradas ao longo dos séculos, possibilitaram a sua estabilidade como referência metodológica. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, surgem novas tendências que seriam rivais em potencial. No fim do século XIX e início do século XX, pensadores de linha marxista e anarquista passaram a ter suas ideias difundidas no mundo todo. Logicamente elas também chegaram ao Brasil e se concentraram nas camadas operárias. Para Ghiraldelli Júnior (1994), foram os sindicatos que começaram a criar escolas diferenciadas, sob a chamada “Pedagogia Libertária”, a qual, segundo o autor, possuía forte laicismo, implantado de maneira crítica dentro do ambiente escolar (era possível fazer críticas à religião, principalmente à católica), ensino de intenso racionalismo, livre expressão e métodos experimentais.

Todavia, o grande marco de “combate” à Pedagogia Tradicional deu-se nos anos 1920, com a entrada de ideais norte-americanos para um novo tipo de escola, conhecido como “Escola Nova”. O novo movimento era caracterizado pela interatividade entre os alunos, objetivando que o próprio educando sentisse interesse em aprender. Dessa forma, o centro do processo de ensino- aprendizagem não mais era o professor, mas o estudante. Havia ainda, uma preocupação em entender o raciocínio do aluno, para compreender por quais motivos conseguia ou não o sucesso na escola.

Saviani (1999), cita que o escolanovismo partiu da premissa inovadora de analisar, além das questões pedagógicas, as particularidades biológicas do sujeito. O autor verifica que, para Escola Nova, não se pode padronizar os seres humanos, uma

vez que todos aprendem de maneira diferente. A diferenciação chama à criação de novos métodos para o êxito do ensino-aprendizagem:

Forja-se, então, uma pedagogia que advoga um tratamento diferencial a partir da ‘descoberta’ das diferenças individuais. Eis a ‘grande descoberta’: os homens são essencialmente diferentes; não se repetem; cada indivíduo é único. Portanto, a marginalidade não pode ser explicada pelas diferenças entre os homens, quaisquer que elas sejam: não apenas diferenças de cor, de raça, de credo ou de classe, o que já era defendido pela pedagogia tradicional; mas também diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber, no desempenho cognitivo (SAVIANI, 1999, p. 20).

Segundo o autor, apesar dos esforços e dos novos ideais apontarem melhorias, de maneira geral, a Escola Nova não conseguiu expandir-se em dimensão suficiente para proporcionar uma instituição diferenciada a seus alunos. Por ter características distintas das escolas costumeiras, ela acabou tendo um custo muito alto, beneficiando apenas alguns grupos privilegiados.

4 A GESTÃO EDUCACIONAL NO PERÍODO DITATORIAL E O ALVORECER DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O período da Ditadura Militar (1964-1985) iniciou-se com diretrizes para as Bases da Educação Nacional ainda muito recentes, uma vez que a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) havia sido formulada em 1961. Este código, segundo Souza e Tavares (2014), deu o pontapé inicial ao que já vinha sendo previsto nas Constituições Brasileiras desde a década de 1930: que fosse organizado um plano para a educação no país em lei específica.

O contexto político da ditadura militar favoreceu bases de gestão educacional mais sólidas por alguns motivos específicos. Logicamente, educar a população para o mercado de trabalho fazia-se necessário para atender às pretensões desenvolvimentistas dos militares. Outro ponto relevante é a manutenção do poder, a qual já englobava educar para obter mais resultados no mercado industrial, mas também direcionar a educação para que o Estado não fosse questionado em sua forma de governo, e que a pátria fosse “exaltada” no meio educacional:

A educação, nesse contexto, revelou-se como a grande ferramenta do governo para a validação desses objetivos, pois através dela foram

transmitidos ideais nacionalistas que enfatizavam a neutralização de qualquer atividade revolucionária, a inibição dos questionamentos acerca da ordem vigente e a valorização do ensino técnico visando preparação de mão de obra qualificada para o trabalho no sistema capitalista (BOUTIN; CAMARGO, 2015, p.06).

Para as autoras, a ditadura militar focou em atender às necessidades do mundo capitalista: capacitar trabalhadores para as indústrias e fomentar a industrialização. Dessa maneira, os parâmetros para educação nesse período voltaram-se para a técnica do trabalho. A essa nova concepção educacional chamou-se Pedagogia Tecnicista. Saviani (2011) explana que a linha tecnicista de ensino resultou em diversas críticas. Por influências externas, principalmente oriundas de revoltas na França, o ano de 1968 foi marcado pela chegada da chamada teoria crítico-reprodutivista, que surge no país com o intuito de questionar como as informações estavam sendo transmitidas aos alunos.

A teoria crítico-reprodutivista se distancia de outras por não elaborar algo que possa ser realmente executado. O movimento, alimentado pelos ideais das revoltas francesas de 1968, foi mais a fundo no quesito cultural do que no educacional. Buscava-se cessar a reprodução capitalista de trabalho e despertar o senso crítico do aluno. Mesmo possuindo um foco no “saber para o trabalho”, o regime militar, após estruturar o método tecnicista, também preocupou-se que as escolas seguissem a “moral” e a “ordem social”. Esses dois objetivos foram perseguidos pelos militares com a “modelagem” do aparato escolar. Como afirmam Souza, Queiroz e Nóbrega (2016), ao extinguir disciplinas como filosofia e sociologia do currículo, os militares conseguiram limitar o pensamento crítico. Os estudos de “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”, extinguiram o conhecimento da real situação do país pela grande maioria dos estudantes.

Ao mesmo passo que o ensino se aproximava das “necessidades” do governo, os militares também delegaram as obrigações educacionais, por intermédio de alterações nos textos constitucionais, do Estado para o meio privado. Segundo Saviani (2008), em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 retirou a porcentagem destinada à educação por parte da União. O autor explana que a lei passou a prever uma substituição da gratuidade do ensino, para a concessão de bolsas de estudo, o que faz alusão à privatização. Além de provocar mudanças drásticas no ingresso e permanência dos alunos no círculo escolar e acadêmico, o favorecimento

governamental para com a iniciativa privada, pode resultar na alta racionalização e mecanização da gestão escolar, afetando também o setor público.

Todavia, uma administração escolar altamente racionalizada pode não atender aos pressupostos reais de gestão educacional. Apesar de não poder ser substituído o termo “administração” pelo termo “gestão”, esse último compreende uma abordagem muito mais aprofundada, considerando que, de acordo com as mudanças de padrões políticos e pedagógicos, a forma de gerir uma instituição muda, mas não tira a importância da administração de bens físicos do local. (LÜCK, 1997). Segundo a autora, o conceito de gestão democrática perpassa os conceitos de administrar e enfoca, na coparticipação entre escola e comunidade, visando a participação de todos: na divisão de tarefas e responsabilidades, no controle entre democracia e liberdade demasiada e na verificação dos resultados alcançados pela equipe gestora, de modo a avaliar, corrigir erros e aprimorar os êxitos.

Acompanhado da euforia do retorno da democracia após o governo ditatorial, buscou-se uma participação mais ativa na educação, por parte das comunidades escolares, profissionais da educação, pais e alunos. A Constituição de 1988, ao tratar sobre a educação, em seu artigo 205 passa a garantir a participação social em conjunto com o Estado e a família; e, em seu artigo 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 2016). Esse modelo de gestão faz-se necessária nas escolas, para que haja a cooperação entre instituição e sociedade. Entretanto, para Silva (2016), é considerável explicitar que esse conceito não apenas serve, por exemplo, para eleger democraticamente um diretor, evitando nomeações políticas, ou ainda para dividir as responsabilidades.

A democratização da gestão escolar enfoca na participação social e na autonomia da instituição. A autora ainda expõe a importância da gestão democrática constar nas leis referentes a educação. Assim, ressalta que existe uma verificação da atuação democrática das escolas. Isso ocorre com a criação de conselhos escolares por incentivo do Governo Federal. Desse modo, gerir democraticamente deixa de ser apenas um ato de responsabilidade para com a democracia, para se tornar um princípio básico para o recebimento de recursos financeiros do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente artigo, conclui-se que a gestão educacional mantém laços com a política, apesar de não decorrer somente dela. Analisa-se que, fatores externos, como tendências internacionais, questões religiosas e econômicas subsidiam a forma de gerir uma instituição de ensino. Assim, a maneira como a escola se posiciona perante sua realidade social e o processo político em que se encontra, reflete na formação dos discentes para o foco em determinadas áreas.

Dessa forma, nota-se a diferença entre a educação e gestão dos jesuítas, de cunho altamente catequizador, para as pedagogias tradicional, nova e tecnicista, as quais obtiveram, cada uma de sua forma, o papel como referência educacional de um período e com suas particularidades, sejam elas a disciplina, a centralização ou não do saber na figura do professor, o pensamento crítico ou a supressão dele, o enfoque do conhecimento técnico ou do entendimento teórico.

Averigua-se ainda que, as metodologias não tão difundidas no país, como a Pedagogia Libertária e a Pedagogia Crítico-Reprodutivista, possuíram seu grau de relevância por emergirem de efervescências revolucionárias externas, que encontram solo fértil para sua expansão no Brasil. Verifica-se ainda a importância da gestão democrática como forma de integração e de preparação do educando para seu meio social. Essa participação comunitária visa garantir a autonomia da escola, a satisfação dos envolvidos na dinâmica educacional, o sucesso do processo de ensino-aprendizagem e a atuação em conformidade com a legislação.

A lei específica para a gestão democrática, porém, passa a ser também sinônimo de recebimento de recursos financeiros ou não, mediante o seu cumprimento. Pesquisar os elementos que são utilizados pelo governo para assegurar a gestão democrática, para fiscalizar o que prevê a Constituição e para incentivar a sua prática, é uma linha de pesquisa interessante para uma continuação deste artigo, pois ao abordar esses aspectos, pode-se averiguar até que ponto a gestão democrática é favorecida pelo governo às instituições de ensino, tendo por base as distintas realidades sociais nas quais se encontram.

REFERÊNCIAS

- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; CAMARGO, Carla Roseane Sales. A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital. In: EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 22., 2015, Curitiba. **Formação de professores, complexidade e trabalho docente**. Curitiba: Educere, 2015. p. 1 - 13. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 24 fev. 2019
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÜCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, n. 3, p.13-18, nov. 1997. Disponível em: <http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum". **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 154-157, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500 – 2000**. 1.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A influência da Igreja Católica na educação brasileira: da companhia de Jesus ao ensino superior. In: COLOQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 6., 2012, São Cristóvão. **Eixo temático 7: educação, cultura e religião**. São Cristóvão: Ufs, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_07/PDF/15.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32.ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 18, n. 76, p.291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Rosilania Macedo. Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 6, n. 2, p.4-14, maio/dez. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/3035/2141>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SOUSA, Mayara Viviane Silva de; QUEIROZ, Lavínia Maria Silva; NÓBREGA, Alessandro Teixeira. As adversidades da educação na ditadura militar brasileira e a erupção do pensamento crítico. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 8., 2016, Imperatriz. **Revista FIPED**. Imperatriz: Realize, 2016. p. 1 - 6. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA1_ID2467_30092016214858.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

WENDT, Cristiano Eduardo. Iluminismo pedagógico: disciplina, educação e moralização em Kant. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 134, p.9-18, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17679/9441>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Artigo recebido em: 06/10/2020

Artigo aprovado em: 14/03/2021

Artigo publicado em: 29/06/2021